timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO 100$00 Nº 96 JANEIRO 1994

TIMOR-LESTE

INDONÉSIA MAIS FLEXÍVEL

O ano de 1993 foi rico em acontecimentos na questão de Timor-Leste. O quadro a que estava remetida a questão alterou-se. E das alterações verificadas uma das mais importantes foi, sem dúvida, a flexibilização de posições a que Jacarta se viu obrigada.

DA INTRANSIGÊNCIA PARA A FLEXIBILIDADE

O ano de 1993 assistiu ao princípio do fim do isolamento da questão de Timor-Leste no plano internacional.

O reconhecimento do carácter colonial da presença indonésia em Timor-Leste, o reconhecimento do direito que assiste à sua população em ser consultada sobre o seu futuro como nação, começaram a estar presentes, que não apenas as violações dos direitos humanos, nas referências, comentários e editoriais em que a comunicação social abordou o problema, assim como nas tomadas de posição pública de personalidades e organizações da sociedade civil.

A declaração das ONG asiáticas, reunidas em Banguecoque para preparar a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, ao fazer seu o direito do povo timorense à autodeterminação, marcou um salto qualitativo no tratamento da questão na região Ásia-Pacífico. Torna-se hoje difícil ao regime de Jacarta estar presente numa zona do globo sem ser confrontado com o problema.

A própria liberalização - por enquanto limitada - por que a sociedade indonésia está a passar, tem permitido trazer para as páginas dos seus jornais a questão, já não como mera caixa de ressonância das posições oficiais mas introduzindo variações de perspectiva e fazendo eco de outras visões do problema.

Jacarta viu-se, assim, obrigada a reconhecer a necessidade de flexibilizar as suas posições, perante os custos que a sua intransigência estava a provocar, e a procurar outras soluções que, sem questionarem a sua ocupação do território, lhe permitam tirar esta "pedra do sapato".

Por outro lado, o ambiente internacional actualmente prevalecente é o da resolução negociada de conflitos. O caso da Irlanda do Norte e do conflito israelo-palestino são apontados como os bons exemplos deste novo "estado de espírito", por oposição às inúmeras situações onde o mesmo tem, tragicamente, falhado.

O resultado alcançado aquando do último encontro Durão Barroso/Ali Alatas - aceitação de contactos do Secretário-Geral com a parte timorense - reflecte já esta inflexão indonésia, mostrando que a pressão internacional compensa.

CAPACIDADE PARA CONTINUAR

Contrariamente às previsões das autoridades de Jacarta - e de muitos "analistas" - que acreditaram que o "dobre a finados" tinha soado para a Resistência timorense, particularmente a sua vertente armada, esta voltou a mostrar capacidade de adaptação e inovação para se erguer do desaire da prisão de Xanana Gusmão e, depois, da de Mau Huno e constriur uma nova direcção política.

Os textos chegadas ao exterior de Konis Santana, dando conta da reorganização interna e da leitura da situação pelo CNRM, mostraram que a Resistência continua a manter uma criatividade para reflectir sobre a sua prática, uma disponibilidade para se pôr em causa, uma força para renascer dos erros, que tem permitido manter na ordem do dia o seu pro-

neste número:

INDONÉSIA MAIS FLEXÍVEL

UM GIGANTE EM MOVIMENTO

«ORDEM» PROMOVE CAMPANHA

je-cto de independência. A passagem, em fins de Dezembro passado, de imagens daquele dirigente timorense na RTP-Canal 1, imagens essas passadas para o exterior por entre as malhas de uma apertada vigilância policial e militar, são a garantia de que, com dificuldades, a frente clandestina continua a operar.

A comprovar ainda esta vitalidade estão as manifestações de jovens em Setembro, em Manatuto e em Dili, mostrando, para desespero do ocupante, que a Resistência conserva a sua margem de iniciativa no terreno.

A postura que D.Ximenes Belo tem vindo publicamente a assumir após a prisão do comandante Xanana Gusmão constituiu um outro dado novo de 1993. Ousaríamos dizer que o Bispo de Dili tentou, com os meios que tinha ao seu alcance, impedir que o choque resultante das prisões dos dirigentes da luta afectasse a dignidade da nação timorense. As suas atitudes, mais firmes, mais claras, de denúncia da situação no território reduziram o espaço de manobra das autoridades indonésias na sua cruzada para convencer o mundo que a questão de Timor estava encerrada.

Também no exterior a Resistência soube encontrar os caminhos para ultrapassar as divergências e as diferenças de opinião, secundárias no contexto em que a luta de libertação se desenrola. A reestruturação externa - visando uma maior capacidade de intervenção política e organizativa - poderá vir dar uma maior força diplomática à causa timorense.

SINAIS CLAROS DE BIPOLARIZAÇÃO

Tornou-se evidente que o regime indonésio aposta decididamente em conquistar (sectores d)a opinião pública portuguesa, tentando quebrar o (aparente) monolitismo de que a sociedade portuguesa tem dado mostras relativamente ao problema timorense.

De tentativa em tentativa, Jacarta procura, pelo exacerbamento de fomes de protagonismo, pelo aliciamento com negócios fáceis e rendíveis, levar a uma mudança de entendimento que torne a opinião pública - e o poder - permissiva a soluções de compromisso que não questionem o estatuto actual do território.

Por outro lado, a internacionalização da economia portuguesa - com a consequente ligação/dependência a centros de poder e a interesses transnacionais - acabam por condicionar, quando não limitar, o campo de acção da política externa portuguesa sobre o assunto, enredando-a em jogos de influências e de interesses de grupos.

Está-se assim a pagar o preço de uma longa ausência de "ideias" sobre a questão por parte dos órgãos de soberania portugueses responsáveis pelo problema, que só muito recentemente - com a excepção da Presidência da República - mostraram ter uma estratégia "constitucional".

ALGUMA CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA

O ano de 1993 mostrou também que a opinião pública, através das suas componentes mais activas, as organizações da sociedade civil solidárias com o povo timorense, tem capacidade para desencadear iniciativas que condicionam a margem de manobra de Jacarta.

Dois exemplos desta capacidade de intervenção foram:

- as campanhas nos EUA junto dos representantes e dos senadores que levaram à exclusão da Indonésia do programa de formação e treino militar conhecido por IMET e igualmente à não autorização da venda dos caças jordanos F5 à Indonésia;

- a campanha de personalidades internacionais - incluindo vários Prémios Nobel, académicos, notáveis das Igrejas - que se dirigiram ao SGNU aquando da prisão de Xanana Gusmão, teve o impacto necessário para ser referida no «Progress Report» do Secretário-Geral à Assembleia Geral, o que aconteceu pela primeira vez.

A Solidariedade Internacional constitui hoje uma força que, se não determina, pelo menos influencia a marcha dos acontecimentos. Uma maior responsabilidade para todos nós que nos reivindicamos fazer parte dela.

MELHORES E ... COM (A) "REDE"!

Ao entrarmos no décimo ano de publicação do nosso boletim **Informação Timor-Leste**, quisemos fazê-lo introduzindo-lhe algumas melhorias, tanto de conteúdo como de forma.

Em Outubro do ano passado realizámos um encontro com amigos e leitores a fim de recolhermos críticas, propostas para o tornar um instrumento mais eficaz para alcançar os objectivos que nos propusémos há nove anos: contribuir para uma opinião pública mais bem informada e mais exigente sobre o problema de Timor.

Com o novo figurino que hoje iniciamos pretendemos ir de encontro às sugestões então feitas, nomeadamento combater um certo empastelamento visual, um certo "cinzentismo" gráfico. Esperamos tê-lo conseguido.

Outra fraqueza que nos foi apontada diz respeito ao âmbito restrito em que o boletim é divulgado. Não temos, obviamente, meios para o tornar um "órgão de massas" nem isso constitui para nós preocupação, dado o carácter especializado da sua informação. Mas tal não nos demitiu de pensar, com os meios que temos ao nosso alcance, em como o tornar acessível a mais pessoas.

Agora, graças ao apoio dado por John MacDouggall, da **Task Force Indonesia, Informação Timor-Leste** passará a ser distribuido electronicamente através da rede Internet - a auto-estrada electrónica do futuro, segundo o Vice-presidente norte-americano Al Gore, vulgarmente conhecida por "Rede" - a todos os interessados nas problemáticas de Timor-Leste e da Indonésia. À semelhança do que faziam, há vinte anos atrás, certos órgãos da comunicação social também nós agora nos podemos reivindicar de sermos "*o primeiro boletim em português a ter difusão electrónica, «worldwide»!*".

UM GIGANTE EM MOVIMENTO

Como responder às pressões internas e externas para liberalizar a economia, controlando a liberalização política que a acompanha e reforça? Como integrar a "economia nacional" na "economia global", reformulando os mecanismos de solução dos conflitos e de legitimação do poder? A classe dirigente indonésia procura respostas.

NOVOS ACTORES I

Até aos princípios da década de oitenta, a economia indonésia era relativamente fechada. Assentava, fundamentalmente, na exportação de matérias-primas das quais o petróleo e o gás natural constituíam a maior parte. Havia limitações quanto à livre importação de produtos - consequência de uma política de monopólios que favoreciam a família Suharto e uma comunidade chinesa minoritária - e sérias restrições no acesso ao capital social das empresas por parte do capital estrangeiro.

Em meados da década de oitenta, com a queda dos preços do petróleo, as autoridades de Jacarta foram obrigadas a acelerar a industrialização do país - o sector industrial, em termos de emprego, passou dos 10% para os 21% no período de 1980-91, enquanto o seu contributo para o PNB atingiu os 41% - e a diversificar as suas exportações - em 1981o petróleo e gás natural representavam 82% do total das exportações, enquanto em 1990 essa percentagem se fixava em 43%.

Esta inflexão de estratégia levou ao crescimento e consolidação de uma classe média - e de uma classe de assalariados urbanos - que, em breve, entraram em conflito com o espartilho do controlo estatal da economia e do controlo policial da sociedade.

A classe média foi a vanguarda das mudanças políticas ocorridas na região - Coreia do Sul, Filipinas, Formosa, Tailândia - embora a rua tenha sido conquistada pelos assalariados e desenraizados urbanos. Na Indonésia a classe média é ainda numericamente pequena (cerca de 5% da população, de acordo com algumas estimativas) e politicamente fraca (pela sua dependência da política de concessões do governo para sobreviver) mas faz já sentir a autonomia dos seus interesses ao defender publicamente o afastamento dos militares do centro do palco político e ao opor-se aos privilégios dos grupos económicos.

O Congresso do PDI (Partido Democrático da Indonésia) é um bom exemplo da luta pela autonomia política por parte da classe média. Sendo o mais pequeno dos três partidos autorizados, criado a partir dos antigos partidos cristãos e nacionalista dos tempos de Sukarno, obrigado a adoptar como sua a ideologia oficial do Estado - o Pancasila -, com as suas direcções designadas e aprovadas pelas autoridades, conseguiu abrir uma fenda na muralha ao impor a escolha dos delegados ao Congresso para a direcção do PDI, à revelia das pretensões governamentais.

NOVOS ACTORES II

Na segundo semestre de 1993, a sociedade indonésia foi confrontada com um movimento social que se exprimiu através de:

- uma politização crescente dos objectivos

A vaga de manifestações anti-lotaria nacional que varreu a Indonésia nos últimos meses do ano, e que tinha inicialmente uma raiz religiosa islâmica, desembocou no desafio directo ao poder na figura de Suharto, responsabilizando-o pelos vários massacres perpretados pelo regime nos últimos dez anos, começando no de Tanjung Priok (Jacarta, Setembro de 1983), passando pelo do cemitério de Santa Cruz (Dili, Novembro de 1991) e acabando nos da região de Madura (Java, Setembro de 1993). Passou-se, assim, das denúncias de violação dos direitos humanos, exigindo inquéritos independentes e punição dos responsáveis, para o questionamento de quem é responsável por essas mesmas violações.

- uma acção de âmbito "nacional", quer geográfica quer socialmente

Os movimentos de camponeses contra a expulsão das suas terras devido à construção de barragens ou para aí serem instalados campos de golfe - os empreendimentos turísticos de construção de campos de golfe atingiram uma tal ampli-

tude no Sueste Asiático, que ONG daquela área criaram em Abril de 1993 o «Global Anti-Golf Movement» - têm-se multiplicado nos últimos anos. Por outro lado, os conflitos laborais por melhores salários e liberdade de organização sindical têm conhecido uma certa agudização. O aumento de 26% no salário mínimo industrial para a região de Jacarta e a revogação do decreto-lei que autorizava a intervenção dos militares nas disputas laborais, não são só uma tentativa de responder às pressões internacionais, nomeadamente da Administração Clinton com a sua ameaça de expulsão da Indonésia do GSP («Generalized System of Preferences»).

A questão que continua em aberto - e que permanecerá ainda por mais algum tempo - é a de saber quem será capaz de capitalizar o mal-estar social existente.

GARANTIR O CONTROLO DAS MUDANÇAS

Em plena onda de contestação, o antigo Ministro da Administração Interna, gen. Rudini, declarava ao **Jakarta Post** (11/11/1993) que os "*protestos de rua*" mostravam a ineficácia do sistema político indonésio, pois se os manifestantes não se sentiam tentados a canalizar os seus protestos através do Parlamento é porque achavam que os deputados não detinham qualquer poder para intervir. "*A sua cólera será cada vez maior*", avisou.

A classe dominante apercebe-se que alguma coisa tem de mudar para que o essencial seja preservado. O seu discurso, o discurso do poder, já não responde às condições actuais, às tensões sociais actuais.

A repressão, hoje, já não gera unicamente medo mas também acção.

Tanto quanto é possível observar, não existe unanimidade dentro da classe dirigente indonésia quanto ao melhor caminho a seguir. Estudiosos da área têm chamado a atenção para divergências crescentes entre Suharto e as Forças Armadas (ABRI), havendo uma luta surda na colocação de homens de confiança nos postos chave do aparelho de Estado. Parece, contudo, evidente que nenhuma das partes está interessada, por enquanto, em tornar pública e participativa a ultrapassagem das suas "diferenças de opinião".

Neste jogo, Suharto tem tido a iniciativa, procurando alargar a sua política de alianças através da recuperação de franjas da oposição, precisamente aquelas ameaçadas de uma marginalização maior pela radicalização do movimento.

Personalidades do grupo "Petição dos 50" foram convidadas pelo Ministro da Investigação e Tecnologia R. Habibie, considerado o actual braço direito de Suharto, a visitar o complexo militar-industrial de alta tecnologia da Indonésia. O gen. Nasution - figura destacada daquele grupo - foi recebido por Suharto, o que foi interpretado por observadores locais como uma "piscadela de olho" aos liberais.

No mesmo sentido foi interpretada a libertação de dirigentes islâmicos, presos e condenados no seguimento do massacre de Tanjung Priok de Setembro de 1984. O chamado «lobby» islâmico tem vindo a ganhar peso, tanto no partido do poder, o Golkar, como no próprio aparelho de Estado em que, na remodelação governamental saída das eleições de 92 viu aumentados os ministérios sob a sua influência.

TUDO PROGRIDE, TUDO AVANÇA

Não existem respostas «à priori» para estas questões. Mas elas interelacionam-se com o problema de Timor-Leste, como aliás é sentido por um timorense que se encontra detido em Cipinang - cujo nome, por questões de segurança, omitimos - em carta datada de 18 de Julho de 1993:

"*Quanto à situação de cá, tem-se notado uma certa alteração tanto no aspecto político como na interacção social, embora o sistema ainda se mantenha. O povo já é mais crítico na avaliação das decisões e acções do governo. O problema de Timor-Leste sobre a violação de direitos humanos está cada vez mais sensitivo e cada vez mais ganhamos terreno na conquista de simpatias e apoios à nossa justa luta e ao mesmo tempo constitui uma formidável campanha de consciencialização dos povos oprimidos na Indonésia. A nossa resistência, persistência e tomadas de posição nos nossos princípios, foi luz que eficazmente iluminou as mentalidades obscurecidas e sal que revitalizou as energias progressistas latentes e hibernadas há décadas para cá. Tudo progride, tudo avança e os princípios universais de direitos humanos e democracia desenvolverão e aos poucos transformarão o mundo de guerras em terra de paz, justiça, progresso e prosperidade dos povos*".

ORDEM DOS ADVOGADOS PROMOVE CAMPANHA

Em 3 de Agosto passado, o Bastonário da Ordem dos Advogados portuguesa, Dr. Júlio de Castro Caldas, endereçou uma carta-tipo a todos os presidentes das associações congéneras de todo o mundo, relacionada com a necessidade de se divulgar «inter pares» e junto das diversas instâncias da comunidade internacional, a situação de flagrante violação dos direitos humanos que se vive em Timor-Leste.

Aquela carta mereceu já múltiplas adesões, de entre as quais se destacam a da **New South Wales Bar Association** (Sydney - Austrália), do **General Council of Bar Human Rights Committee** (Reino Unido), da **Canadian Bar Association**, da **Law Society of Upper Canada**, do **Bastonário de Paris** e do **Colegio de Abogados da Las Palmas** (Espanha).

Na carta é denunciada o carácter ilegal da ocupação e as práticas de genocídio perpretadas pelas autoridades indonésias, em flagrante violação com o que se encontra consignado na Carta das Nações Unidas.

A carta apela a que sejam tomadas iniciativas visando levar Jacarta a "*reconhecer e a garantir*" ao povo timorense "*o seu direito à autodeterminação*", a respeitar os direitos humanos da população e a "*reconhecer o direito do dirigente do movimento de Resistência timorense, Xanana Gusmão, a opor-se à ocupação ilegal*" do território.

A Ordem dos Advogados espera com esta iniciativa "*desencadear uma importantissima* 'resposta em cadeia' *por parte de todas as entidades destinatárias*".

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009, E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS: 112094 DEP. LEGAL: 25317